

Bruna Maria Rodrigues Lopes¹ Emilie Fonteles Boesmans² Antonio Dário Lopes Júnior³
Bárbara Castelo Branco Monte⁴ Jéssica Pascoalino Pinheiro⁵ Andréa Carla Filgueiras Cordeiro⁶

Resumo

O artigo apresenta o projeto de extensão Liga de Cores, vinculado ao Núcleo Cearense de Estudo e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC). O projeto ocorreu durante os anos de 2013 a 2014, com a proposta de registro de história de vida de crianças acolhidas em uma Unidade de Acolhimento do município de Fortaleza, por meio da utilização da ferramenta Fazendo Minha História, criada pelo Instituto Fazendo História. As histórias da mediação de leitura serviam como um mote para trabalhar alguns aspectos das vivências das próprias crianças, as quais eram registradas em um álbum pessoal. O desenvolvimento do projeto ocorreu em três momentos: o aprofundamento da base teórica, no qual foram estudados os aspectos teóricos que norteiam a compreensão das instituições de acolhimento; a intervenção propriamente dita e o terceiro momento que consistiu nas supervisões e orientações acerca do planejamento das atividades de intervenções. O projeto alcançou o objetivo de deslocar práticas institucionais cristalizadas, causando questionamento para os profissionais e permitindo às crianças a apropriação de sua história de vida ou sua construção enquanto narrativa singular.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; crianças; mediação; narrativa.

Abstract

The aim of this study is presents the Color Alloy extension linked to Cearense Center for Study and Research on Children (NUCEPEC). The project took place during the years 2013-2014, with the registration proposal of children's life story upheld in institutional shelter in the city of Fortaleza, through the use of Making My Story tool, created by the Institute Making History. The stories of reading mediation served as a motto to work some aspects of the experiences of children themselves, which were recorded in a personal album. The development of the project took place in three stages: the deepening of the theoretical basis, in which they studied the theoretical aspects that guide the understanding of the host institutions; the intervention itself and the third time that consisted of the supervisions and guidance on the planning of intervention activities. The project achieved the goal of moving crystallized institutional practices, causing challenge for professionals and allowing children ownership of their life history, or its construction as singular narrative.

Keywords: Institutional sheltering; children; mediation; narrative.

¹ Universidade Federal do Ceará – Brasil. Graduada em Psicologia (UFC). Brunarodrigues_l@hotmail.com

² Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Brasil. Psicóloga. Mestre em Psicologia (UFC). Professora substituta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). emilieboesmans@hotmail.com

³ Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Brasil. Psicólogo. Mestre em educação (UECE). Juninho-slh@hotmail.com

⁴ Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil. Psicóloga. Mestre em Psicologia (UFC). escutapsi@yahoo.com.br

⁵ Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil. Psicóloga. Mestranda em Psicologia (UFC). Jessica.pascoalino@hotmail.com

⁶ Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil. Psicóloga. Mestre em Psicologia Cognitiva (UFPE). Docente do departamento de Psicologia da UFC. Coordenadora do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC). andreacfc@uol.com.br

1 - O PROJETO LIGA DE CORES E O FAZENDO MINHA HISTÓRIA

Este artigo tem como objetivo apresentar a atividade de extensão *Projeto Liga de Cores* e as discussões por ele suscitadas. Tal projeto consistiu em uma atividade executada pelo Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança da Universidade Federal do Ceará (NUCEPEC-UFC), de novembro de 2013 à dezembro de 2014 e teve como campo um abrigo institucional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS).

O projeto objetivou a implantação de uma ferramenta criada pelo *Instituto Fazendo História*, Organização Não Governamental (ONG). A atividade de extensão foi realizada por uma equipe formada por 14 extensionistas e supervisores vinculados ao NUCEPEC, que historicamente tem consolidado enquanto espaço de formação acerca de questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, atuando nas dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão em instituições, tal qual a que se converte no foco deste artigo.

Iniciaremos apresentando o campo da extensão e a partir dele trazemos as discussões teorico-metodológicas que subsidiaram a atuação e, por fim o relato da experiência e seus desdobramentos.

Um abrigo institucional atende crianças e adolescentes sob medida protetiva aplicada pelo juiz frente às situações de violação de direitos (violência, negligência, abandono, maus-tratos, por exemplo), tem caráter provisório e excepcional, estando prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com o ECA, tornam-se prioritária as ações que promovam a manutenção e o fortalecimento dos vínculos com a família de origem (Brasil, 1990). Também preconiza que cada criança e adolescente acolhi-

do deve ser informado sobre sua situação jurídica, ter acesso aos dados relativos aos motivos de seu acolhimento e sua história de vida. Deve também ser ouvido, e sua oitiva considerada para fins de decisão sobre seu presente e seu futuro.

O campo do projeto então, consistiu em um abrigo institucional, com capacidade para atender 80 crianças na faixa etária de 0 (zero) a 12 (doze) anos, que tiveram seus direitos violados e com fragilidade ou ruptura dos vínculos familiares. A unidade conta, com equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo, pedagogo, enfermeiros, fisioterapeuta e educador físico, além de educadores sociais de plantão.

No que se refere à ferramenta metodológica, esta teve como base o *Fazendo Minha História*, que é um dos cinco programas desenvolvidos pelo Instituto Fazendo História desde 2005, cujo objetivo é promover meios de expressão para que os acolhidos conheçam, lembrem e reflitam sobre fatos e momentos importantes de sua vida e registrem sua história pessoal (Instituto Fazendo história, s.n.). Os registros são realizados em um álbum individual e têm como auxílio a mediação de leitura.

É de amplo entendimento que as crianças e adolescentes precisam entrar em contato com suas histórias para que possam compreendê-las, pois o ser humano interpreta o mundo e se interpreta valendo-se de narrativas.

Os extensionistas do Projeto, antes do início da atuação, possuíam engajamento com o estudo teórico sobre o acolhimento. Desde 2012 participavam de grupos de estudo propostos pela *Liga de Direitos Humanos*. Esse amparo teórico foi essencial para que o olhar do extensionista em campo pudesse se voltar de forma crítica à realidade que se apresentava. Os extensionistas realizaram formação para o uso das ferramentas do *Programa Fazendo Minha História*

(cartelas, álbum), assim como um primeiro contato com a mediação de leitura.

Com o início das atividades em campo, todos os extensionistas participavam de momento semanal de supervisão e planejamento das atividades, o que permitiu ao grupo reorganizar sua intervenção sempre que a realidade fluida da instituição exigia: mudanças de organização dos grupos, mudanças de horário, alteração do tempo de atividade, mudança do local de realização dos encontros, entre outros.

2 - QUESTÕES SUSCITADAS PELO LIGA DE CORES

Este tópico explicita sucintamente questões mais operacionais das atividades e em seguida enlaça teoria e prática, com subsídio de autores como Goffman (ano), Nogueira (ano), Rizzini (ano), Boesmans (2015) e Monte (2016).

Durante sua execução, o Projeto atendeu a um público de 25 crianças escolhidas pela psicóloga da equipe em diálogo com os demais profissionais a partir dos seguintes critérios: crianças com maior tempo de acolhimento; crianças em processo de adoção ou crianças que estavam próximas ao retorno à convivência familiar. A participação das crianças foi facultativa a sua escolha e todas aceitaram participar.

O projeto iniciou-se promovendo o atendimento de um grupo de 20 crianças, acontecendo de forma conjunta em um mesmo espaço e com o mesmo tempo de duração. Diante da experiência que se produziu, fez-se necessária a divisão das crianças em três grupos, cujo critério foi o de faixa etária: um grupo de crianças de até três anos de idade, outro de crianças de quatro a seis anos e um terceiro com crianças acima de sete anos.

Mudança de turno escolar, retorno familiar ou adoção foram motivos que levaram a saída de algumas crianças e entrada de outras nos grupos. Embora os alvos prioritários do trabalho fossem as crianças e adolescentes, compreendemos que, na construção de seus álbuns, os educadores eram peças fundamentais, sendo convidados a participar e conhecer a ferramenta. A participação dos mesmos foi muito rara, mas ao final da extensão alguns haviam compreendido o que fora produzido, o álbum, e sua função: ser um suporte para a criança ter acesso a sua história, devendo acompanhá-la sempre que desejasse.

O início da discussão, acerca dos questionamentos suscitados, apoia-se nas assertivas de Goffman (2010) e Rizzini (1997) acerca do processo de institucionalização.

Observou-se a manutenção de práticas institucionalizantes semelhantes às denominadas por Goffman (2010) de Instituições totais, que se caracterizam por se darem em um local com uma estrutura hierárquica autoritária, formalmente administrado e com a significativa perda de autonomia das crianças e adolescentes ali presentes. Tal prática ainda representam um resquício do obsoleto Códigos de Menores, vigente de 1979 até a promulgação do ECA (1990), e que previa o acolhimento como substituto da família e da sociedade no cuidado com os ditos “menores”.

Tal fato é corroborado pelo estudo realizado por Boesmans (2015) no qual fica claro que o trabalho social ainda é marcado por práticas assistencialistas, paternalistas, tutelares e de cunho moralizante, desconsiderando os princípios guiadores do ECA, tais como o melhor interesse da criança, seu bem-estar e o afeto.

Também corroboram a afirmação de que o acolhimento é uma prática totalitária os estudos de Fávero, Vitale e Baptista (2008), que em pesquisas sobre as famí-

lias dos acolhidos na cidade de São Paulo, chegam ao relato de que, em sua maioria, estas famílias estão apartadas dos direitos civis e sociais, não acessam políticas públicas de saúde e educação, vivem em lugares onde não há saneamento básico, nem acesso ao serviço de correios, em sua maioria não tem empregos formais e tampouco tiveram acesso à escolarização. Algumas haviam sido acolhidas em sua infância. Isso demonstra o quanto o acolhimento ainda se configura como prática segregacionista, não se configurando como opção excepcional e em último caso, mas como política que visa a manutenção da condição de subalternidade de uma classe social.

A tutelarização das famílias pelo Estado (Rizzini, 1997), por vias jurídicas, representa um resquício da legislação menorista, expressando uma dimensão de excessiva autoridade e controle. Reforça-se, portanto, a cultura da internação de crianças e adolescentes em instituições perpassadas pelo discurso da incapacidade das famílias pobres em educar seus filhos.

Aliado a este ideal de assistencialismo e tutela, afiança-se que, para muitos dos educadores com os quais se teve contato, também estava patente a noção de maternidade como instinto, ou um aspecto valorativo sobre a mesma, como se as mães das crianças acolhidas não soubessem ser mães. Tal fato era ainda mais evidente nas falas a respeito do grupo das crianças de até três anos, uma vez que, por sua condição de fragilidade e desamparo, o abandono era julgado pelos profissionais como um ato de desamor e desumanidade por partes das mães dos acolhidos. Tal percepção alinha-se com as propostas por Nogueira (2011). Para a pesquisadora, o impacto do ideal de maternidade sobre o acolhimento é mais presente quando tratamos de bebês, pela situação de maior desamparo em que os mesmos encontram-se por seu momento evolutivo.

Percebe-se também que a lógica institucional (rotinas bem estabelecidas,

quantidade insuficiente de educadores e equipe técnica, por exemplo) vai de encontro à proposta de integralidade do cuidado, tendo em vista que aquela prejudica a individualização, tendendo a massificar as crianças.

Assim, pode-se evidenciar os postulados de Goffman (2010), o qual assinala três tipos de rupturas com os aspectos da vida cotidiana: a maior parte das atividades do sujeito estão circunscritas a um mesmo local, normalmente regida pelas normas da instituição; cada fase da atividade diária das crianças é realizada ao lado de muitas outras, todas tratadas da mesma forma e devendo fazer as coisas em conjunto; todas as atividades diárias são regidas por um horário externo a suas necessidades e decisões. Como resultado “(...) o eu daqueles que estão dentro da instituição total o seu *eu* passa a ser sistematicamente, mesmo que não intencionalmente, modificado, passando a ressoar com as concepções que o ambiente tem dele” (Goffman, 2010, p. 24).

Esta mesma lógica massificante sustenta a não preservação do espaço individual de cada criança, que não tem objetos que lhe pertençam, nem tampouco o direito de ter suas roupas e reivindicar flexibilização das rotinas (hora das refeições, hora do banho, hora do sono). Ficam esmaecidas, quase invisíveis, as subjetividades.

Essa lógica justifica-se institucionalmente por um discurso manifesto dos profissionais de praticidade na realização das ações diárias. No entanto, percebe-se que a mesma não se sustenta, visto que a atitude de apagar as subjetividades faz com que se encare qualquer reivindicação como desvio, desobediência, insolência, causando mais desgaste para crianças e profissionais. O que sustenta então o discurso manifesto, que é controverso, é uma ideologia caritativa, na qual a criança acolhida está recebendo um favor de ter garantida alimentação, vestuário, calçado e os cuidados básicos. Todo o resto é luxo, visto como manha ou desnecessário.

Deparou-se também com o fato de que os educadores, que são responsáveis pelos cuidados diários dos acolhidos, não detinham as informações sobre sua história de vida, pois aquelas eram centralizadas em torno de técnicos da unidade, dificultando o acesso. Os não ditos e omitidos permeavam, então, o cotidiano de educadores e profissionais, criando especulações sobre a história de vida passada e futura dos acolhidos.

No que tange às informações concernentes ao desenvolvimento dos acolhidos, suas preferências, momentos importantes de sua vida, estas só eram registradas por iniciativa pessoal, a partir do interesse particular de um educador por uma criança. Institucionalmente não se registravam essas informações sobre as idades iniciais da vida as quais costumam ser posteriormente contadas pelos adultos de referência à criança: quando andou, falou e trocou os dentes, quais comidas, filmes e brinquedos preferidos. Não havia registro, tampouco rememoração dessa história.

Para além das considerações gerais percebidas em todos os grupos, cada um deles também permitiu tensionamentos específicos.

O grupo realizado com crianças menores de três anos teve como referência para a construção das atividades o *Palavras de Bebê*, que também é um programa do Instituto Fazendo História. Este enfatiza a importância do vínculo dos bebês com a família ou educadores durante o acolhimento. O fortalecimento e a manutenção deste vínculo dão-se por meio do registro da história do bebê em um álbum ou na realização de ateliês temáticos com as crianças.

Os facilitadores deste grupo mantinham diálogo mais estreito e constante com os profissionais da unidade, técnicos ou educadores, dada a sua especificidade: ser composto por crianças que ainda não sistematizavam oralmente a sua própria

história. Essa foi uma adaptação para o trabalho com esta faixa etária, pois, dentro do *Programa Fazendo Minha História*, o que se pratica comumente é a que as narrativas sejam produzidas e registradas pela própria criança. Quando esta ainda não se apropriou da linguagem, falada ou escrita, é que o facilitador assessora-a no seu registro e na construção de sua narrativa.

Com efeito, os facilitadores buscavam as histórias das crianças e, em um momento posterior, com a presença delas, registravam-se as informações. Um dos pressupostos desta prática é de que, apesar da peculiaridade do momento evolutivo da criança em relação à linguagem, o momento do registro representa um espaço de apropriação dos acontecimentos ou informações importantes sobre sua história, permitindo a simbolização e a representação destes.

Foi necessário, em alguns momentos, construir algumas experiências com os bebês, pois, a carência não era apenas de informação sobre sua vida, mas de vivências, tendo repercussões para a formação da autoimagem, apreensão da linguagem, da consciência de si e da identidade destes. A falta de esclarecimento sobre a importância dos educadores na construção da identidade da criança levava a um esvaziamento das experiências permitidas à ela ficando restritas às rotinas de cuidados básicos.

No grupo composto pelas crianças entre quatro e seis anos de idade, a mediação de leitura foi fundamental para a apropriação pelas crianças de suas próprias histórias. Acredita-se que a mediação possibilita à criança acessar o universo da fantasia, do “faz de conta”, conferindo-lhes estimulação cognitiva e o incentivo para a construção de narrativas próprias.

O processo de leitura permitiu às crianças do grupo um exercício projetivo de conteúdos internos e empáticos, sendo esta possibilitada pelo movimento da criança de

colocar-se no lugar do outro por meio das personagens das histórias. Esse movimento é muito importante para a organização psíquica do sujeito.

Sobre a importância destas histórias Bettelheim (2007) e Corso e Corso (2006) advogam que por meio destas as crianças podem ter acesso a seus dramas pessoais e protótipos de resoluções. Assim, não é raro que as mesmas possam se apegar a excertos da história de modo a permitir a elaboração de suas questões. No grupo esse movimento foi constante, de modo perceptível no apego de cada criança por uma história específica, a qual era retomada quase que semanalmente.

Neste grupo, a evidência sobre a não individualização dos sujeitos se apresentou de modo mais direto, pois nele havia dois irmãos gêmeos. Frente a essas crianças, a lógica massificadora da instituição se fazia ainda mais evidente: ambas não eram diferenciadas como sujeitos recebendo o epíteto de “Os gêmeos”, e desta maneira eram conhecidos por técnicos, profissionais e demais crianças. Por meio do contato constante foi possível trabalhar a questão da diferenciação entre eles e demonstrar para os profissionais da unidade que esta era, mais do que possível, necessária. Algum mérito foi alcançado nesta questão, já que, ao final do projeto, pelo menos as crianças de seu convívio próximo já podiam chama-las pelo nome.

No grupo das crianças com idade superior a sete anos, as questões já podiam ser levadas pelas próprias em sua fala. Pela maior capacidade de simbolização e de expressão de suas questões a ferramenta já tinha outra importância. Foi percebida a maior apropriação por parte do grupo em relação ao que era proposto. Era preciso que houvesse um facilitador mais próximo a cada criança no grupo, pois estas demandavam de forma direta informações específicas sobre sua história de vida.

Questões outras foram refletidas. Por exemplo, o sentimento de pertença das crianças ao lugar onde viviam (o acolhimento): o reconhecimento pelas crianças dos vínculos afetivos criados nas relações dentro do abrigo e ao mesmo tempo o reconhecimento de que a unidade de acolhimento não era a sua casa (Monte, 2016).

Constatou-se um ambiente monológico, no qual há uma única perspectiva, a dos adultos, promovendo histórias rígidas em sua temática, com significados permanentes que se tornam narrativas dominantes (Grandesso, 2000).

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Liga de Cores, em seu mais de um ano de atuação em campo, e em todo o momento preparatório, suscitou aos extensionistas diversas questões acerca da institucionalização de crianças, numa perspectiva histórica e atual, e que conseguiu circular por diversos olhares que puderam se complementar: psicologia narrativa, psicanálise, psicologia social. Isso reflete a complexidade do campo de extensão. O caminho trilhado permitiu chegar a algumas considerações finais que sintetizam a experiência e que apontam para possibilidades de mudanças no campo do acolhimento, de modo a de fato tomar a criança como sujeito de direitos, as quais serão retomadas.

As práticas institucionais sustentam a ideia de que adulto possui os conhecimentos, habilidades e competência moral que legitimam o lugar de decisão em nome das crianças (Müller, 2010) e isso as coloca em lugar de objeto e não de sujeito.

As crianças no projeto puderam “(...) aprender a dar sentido à (a elaborar) uma significação” (Josso, 2004, p.122) e “(...) pensar a sua vida de tal forma que haja uma história singular para contar, uma

existencialidade a partilhar por meio de uma subjetividade mais conscientemente habitada e assumida (...)” (Josso, 2004, p. 174).

Ficou evidente que o acolhimento ocorre com resquício de modelos legais ultrapassados, tendo dificuldade em garantir a construção subjetiva por meio da delimitação identitária, do respeito aos objetos pessoais e à individualidade de cada criança, incorrendo em práticas massificadoras. Tampouco se consegue fazer circular no espaço institucional a história de vida da criança, que parece ser tomada como história morta, meros dados psicossociais em prontuários. Isso impede que a história da criança seja transmitida a ela, dando margem à especulações sobre passado e futuro desta.

Vemos que essa lógica institucional que permeava a unidade à época do projeto se reflete também na falta de registro sobre as histórias de vida a partir do momento que a criança chega na unidade. A preocupação se dá sobre o que é da ordem material, cotidiana. A dimensão do brincar torna-se pesada para educadores, que não se integram no jogo lúdico da criança.

Entende-se que esse modo de funcionar acaba gerando sintomas institucionais e sintomas para crianças e profissionais: as crianças passeiam entre os dois lados de uma mesma verdade construída, a agitação e apatia, reagem à privação com agressividade; os educadores sentem-se cansados, desempoderados, indagando-se até que ponto podem cumprir os deveres da família sem ser a família; os profissionais da área técnica carecem de arcabouço teórico e técnico para orientar educadores em seu trabalho.

Tem-se a clareza de que este estudo perfaz um recorte da experiência vivenciada na extensão, não podendo abarcar nestas linhas toda a sua complexidade. Desta forma, o olhar mais detido sobre as narra-

tivas produzidas pelas crianças, por exemplo, merecem estudo específico, já efetivado, em parte, no trabalho dissertativo de Monte (2016).

Por sua vez, o final da intervenção evidenciou que, apesar das adversidades, as ações realizadas não foram indiferentes às crianças que participaram do *Projeto Liga de Cores* e nem àquelas que, indiretamente, escutaram histórias contadas.

4 - REFERÊNCIAS

- Bettelheim, B. (2007). *A psicanálise dos contos de fadas*. São Paulo: Paz e terra.
- Corso, D.L.; Corso, M. (2006). *Fadas no divã: Psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.
- Boesmans, E.F. (2015). *O Acolhimento Institucional: O paradoxo entre o interesse da criança e a aplicação da lei à luz da Psicanálise*. Dissertação de Mestrado.
- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. Brasil.
- Brasil.(1990). *Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente*. Recuperado em: 09 de abril, 2016. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Fávero, E.; Vitale, M.; Baptista, M. (2008). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam o que desejam*. São Paulo: Paulus.
- Grandesso, M. (2000). *Sobre a Reconstrução do significado*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Goffman, E. (2010). *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo: Perspectiva.

Instituto Fazendo história. (s.n) Fazendo minha história: Guia de ação para colaboradores. São Paulo: Instituto Fazendo História

Josso, M.-C. (2004). *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez.

Monte, B.C.B. (2015). *“Minha Casa não é minha e nem é meu este lugar”*: Narrativas e Memória de Crianças e Instituições de Acolhimento. (Dissertação de Mestrado não-publicada). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Müller, F. (Org). (2010). *Infância em perspectiva*: Políticas, Pesquisas e Instituições. São Paulo: Cortez.

Nogueira, F. (Org). (2011). *Entre o singular e o coletivo*: o acolhimento de bebês em abrigo. São Paulo: Instituto Fazendo História.

Rizzini, Irene. (1997). *O século perdido*: raízes histórias das políticas públicas para infância no Brasil; São Paulo: Cortez.

RECEBIDO EM: 10/04/2016

APROVADO EM: 28/06/2016